timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 141 OUTUBRO 1997

A IRRELEVÂNCIA DE SÓ PREGAR O CÉU

Arlindo Marçal, coordenador das Igrejas Protestantes de Timor Leste, tem vindo a ganhar um reconhecido estatuto internacional de voz independente.

O jornal do *National Council of Churches of Christ in the USA* publicou recentemente um artigo sobre a visita que o Reverendo Arlindo Marçal fez em Setembro aos E.U.A.. Tendo vindo a ganhar notoriedade internacional pela sua postura face aos problemas que o seu país enfrenta em consequência da invasão e ocupação indonésias, este Pastor protestante viu o seu trabalho reconhecido ao ser convidado pelas Nações Unidas para participar no 3º Encontro Intra-timorense.

É esta personalidade que aqui damos a conhecer através da tradução do referido artigo.

UMA VOZ INDEPENDENTE

«Nova Iorque, 19 de Setembro. O Rev. Arlindo Marçal, coordenador da Igreja Cristã de Timor Leste, partilhou, numa visita recente com dirigentes do Conselho Nacional das Igrejas (NCC), as suas lutas que reflectem as tensões no seu País.

De entre os aspectos mais importantes do seu trabalho está "como manter a Igreja unida" em Timor Leste, ao mesmo tempo que tenta manter "uma voz profética, preocupada com os direitos humanos e a justiça". Face ao difícil contexto político, estas tarefas parecem quase impossíveis, mas tarefas impossíveis não são desconhecidas para o Rev. Marçal.

Arlindo Marçal nasceu e cresceu em Timor Leste. Como tantos outros timorenses passou anos escondido nas montanhas depois da Indonésia invadir o seu País em 1975. Foi preso e ameaçado de execução, mas após meses de detenção foi finalmente libertado.

Estudou primeiro quatro anos na Faculdade de Teologia de Kupang, Timor Ocidental, e depois na Universidade Cristã Duca Wacana em Jogyakarta, onde se tornou o primeiro timorense a formar-se num seminário protestante indonésio.

"Nunca tinha estudado indonésio, por isso a língua era muito difícil para mim e tive que estudar muito". Mergulhou tanto nos seus estudos e habituou-se de tal forma a falar indonésio que quando voltou a Timor Leste anos mais tarde tinha dificuldade em usar a própria língua natal. "Tive que aprender de novo a minha língua", disse. O Rev. Marçal reaprendeu a comunicar com o seu povo e tornou-se o coordenador da Igreja Cristã de Timor Leste, então com trinta e poucos anos.

Em 1996 foi reeleito para um novo mandato.

As suas dificuldades e luta pela identidade torna o Rev. Marçal especialmente adaptado para estar à frente das Igrejas Protestantes de Timor Leste, às quais pertencem tanto timorenses como indonésios. De muitas formas este homem e a organização que dirige personificam as tensões do País como um todo. "Durante anos a Igreja Protestante foi vista como a Igreja dos colonizadores", explica o Rev. Larry Tankersley, director do gabinete do Sudoeste Asiático do NCC. "Hoje em dia, porém, militares e membros do governo indonésio são membros das Igrejas Protestantes, bem como naturais de Timor Leste. Num país com opressão política de um grupo sobre outro, isso leva a uma difícil luta pela identidade".

A imagem de estrangeira da Igreja Protestante de Timor Leste foi exacerbada pelo facto de durante muito anos ter sido a Comunidade das Igrejas da Indonésia a falar em seu nome. Mas o Rev. Marçal mudou essa situação em Dezembro de 1995 na Consulta sobre Timor Leste, uma reunião conjunta do Conselho Mundial das Igrejas (CMI) e da Conferência Cristã da Ásia, em Hong Kong. Nesse encontro o Rev. Marçal pediu uma voz independente para Timor

neste número:

O PASTOR ARLINDO MARÇAL

OUTUBRO É MÊS DE NEGOCIAÇÕES

INDONÉSIA: A DIFÍCIL TRANSIÇÃO

Leste. A Igreja Cristã de Timor Leste tornou-se membro do CMI e recebeu recentemente uma delegação do CMI para formalizar o seu estatuto.»

A JUSTIÇA, PARTE INTEGRANTE DA MISSÃO DA IGREJA

«O Rev. Marçal faz notar que, apesar de serem uma pequena minoria de 35.000 num País predominantemente católico, "há uma presença da Igreja Protestante em Timor Leste desde 1953". A sua Igreja, na tradição da reforma, não foi fundada por actividade missionária mas por um carismático timorense que foi baptizado por um missionário inglês.

Devido a estas realidades o Rev. Marçal tem tentado arduamente que o povo reconheça a Igreja Protestante como timorense. "É um equilíbrio difícil, porque se acentuo o carácter timorense os membros indonésios ameaçam com uma separação, e ficava muito triste se a Igreja se dividisse enquanto sou o coordenador. Mas se não mostro a identidade timorense da Igreja perdemos o apoio da população local. É um dilema: como testemunhar a vida e compreensão timorenses mantendo a Igreja unida".

A questão é ainda mais complicada numa situação política em que aos timorenses são negados os seus direitos. "Tento fazer compreender à minha congregação que a justiça é uma parte integral da missão da Igreja. A Igreja será irrelevante se só pregar o Céu. Tem também que falar sobre os problemas concretos da vida das pessoas".

O Rev. Marçal, à questão "Qual é a identidade da Igreja Cristã de Timor Leste?", responde, "A identidade da Igreja Cristã de Timor Leste é a de uma Igreja ecuménica. Como tal, não encontrou ainda a sua identidade, mas está no processo de construir uma".

A sua fé permite-lhe responder assim, porque "a fé não é só política ou cultural. Jesus chamou-nos a estar unidos, e para isso temos por vezes que perder a nossa identidade".

Ele diz que o apoio de Igrejas e organizações ecuménicas de fora de Timor Leste e da Indonésia é muito importante, incluindo uma visita recente de uma delegação do NCC. "Estas visitas reforçam-nos. As equipas ecuménicas dos E.U.A. são especialmente úteis porque também elas são um modelo de trabalho em comum de pessoas de diferentes grupos culturais".

O NCC iniciou programas de apoio e reabilitação em Timor Leste em 1975, quando a invasão e ocupação indonésias de Timor Leste causou a morte de cerca de 200.000 pessoas, um terço da população. Desde 1991 que o NCC defende a participação do povo timorense na resolução política do problema de Timor Leste.

A actual visita do Rev. Marçal faz parte de uma viagem de várias semanas na qual tem visitado personalidades da Igreja na Europa e nos E.U.A. As discussões ultrapassam em muito a ajuda material. "Estou interessado numa relação de parceria, onde nos possamos sentar juntos e aprender uns com os outros".

O Rev. Marçal fez algumas observações interessante nas suas viagens. "Os povos Europeus e Norte-americanos têm tendência a julgar que podem resolver tudo pela Ciência e pela Lei". Mas a sua experiência de vida mostrou-lhe que há necessidade de um equilíbrio em todas as coisas, incluindo entre o material e o espiritual. Diz que só foi capaz de enfrentar todos os problemas materiais com que se deparou, superiores a ele próprio, devido à força espiritual que lhe veio de Deus. "Algumas vezes sinto-me muito só. Pergunto sempre a Deus, porque é que me permitiste servir a Igreja por um segundo mandato? Há outras pessoas que podem ser melhores do que eu nessa tarefa. Mas então compreendo que Deus me salva e ama não pela minha bondade mas pela Sua misericórdia.»

OUTUBRO É MÊS DE NEGOCIAÇÕES

Em Outubro irão decorrer duas reuniões, ambas integradas no processo negocial que decorre neste momento para a resolução do problema de Timor Leste.

Logo no início será a segunda ronda, no seu novo formato, entre as delegações de Portugal e da Indonésia sob os auspícios das Nações Unidas. E, mais para o fim do mês, será o terceiro Encontro Intra-timorense.

Este tem, igualmente, algumas inovações anunciadas. Vai haver um maior número de participantes (de 30 passam para 35), com 7 presenças novas, duas das quais para substituírem José Martins, falecido em Jacarta o ano passado, e Guilherme Gonçalves que, por doença e por ser *persona non grata* para a Indonésia, não deverá participar. E haverá uma presença de mais alto nível por parte da ONU, já que o embaixador Marker irá estar presente.

O ambiente negocial em que vai decorrer este encontro também se modificou, como já aqui salientámos.

A comunidade internacional tenta fechar o conflito nesse quadro e multiplicam-se os sinais - a nível de funcionários e responsáveis governamentais, mas também dos meios de comunicação social - que apontam para a existência de uma pressão sobre as partes mais directamente envolvidas - Indonésia, Portugal e a Resistência timorense - para o encontrar de uma solução de compromisso assente na concessão de uma maior autonomia - «*mais voz nos assuntos*», na expressão do Presidente dos E.U.A. Bill Clinton - para Timor Leste, no quadro da República da Indonésia.

A agressividade verbal mostrada pelo MNE Alatas ao ser confrontado com esta possibilidade não é mais, na nossa opinião, de que uma tentativa para a valorizar, para fazer subir a parada das contrapartidas para a sua aceitação.

Neste quadro, o papel da parte timorense - e particularmente da componente política da Resistência - é decisivo.

A aceitação, por parte de Jacarta, dos intra-timorenses baseia-se muito na sua convicção de que os consegue hegemonizar, controlar, transformá-los num instrumento seu.

O desafio imediato que se coloca aos nacionalistas timorenses participantes é dar a estes encontros autonomia, isto é para se afirmarem como "a outra parte".

Trata-se de um longo processo que não se esgota nesta instância, mas antes se enriquece e fortalece - havendo direcção e estratégia - com todas as outras formas de resistência que a população timorense vai construindo na sua luta contra a colonização indonésia.

A DIFÍCIL TRANSIÇÃO

São cada vez maiores, e pouco optimistas, as interrogações que se fazem sobre as mudanças políticas que acompanharão a entrada da Indonésia na era pós-Suharto.

Em Março do próximo ano terá lugar a reunião do MPR (Assembleia Consultiva Popular), órgão que reune de cinco em cinco anos com o objectivo de escolher o Presidente e o Vice-presidente da República e de aprovar as linhas programáticas que orientarão a política governativa nos cinco anos seguintes. Compete depois ao PR designar a equipa ministerial que a implantará.

Um artigo publicado na edição de 26 de Julho passado da revista *The Economist*, de que seleccionámos alguns excertos, avança com algumas interessantes (e pouco optimistas) reflexões sobre o que poderá ser o futuro de uma Indonésia pós-Suharto. À constatação da existência de uma oposição relativamente débil e dispersa, junta-se a realidade da omnipresente sombra dos militares.

A interrogação que fica é: haverá espaço para uma transição controlada e previsível ou a actual ausência de alternativas, deliberadamente criada e alimentada pelo regime, poderá conduzir o país a um abismo de incertezas, precipitando-o numa crise de violência?

PRESSÃO PARA A REFORMA DEMOCRÁTICA AINDA NÃO ATINGIU A MASSA CRÍTICA

«(...) Aos olhos do visitante, a Indonésia não parece uma ditadura militar - excepto em áreas como Timor Leste, onde prossegue uma luta independentista.

Soldados e polícia dispersam manifestações com bastões, gás lacrimogéneo e canhões de água, mas nos dias que correm raramente o fazem a tiro.

Nem sequer o clima intelectual é totalmente opressivo. O que não falta são vozes abertamente dissidentes. A imprensa pratica a auto-censura, mas não se poderá considerar como sendo totalmente a voz do governo. Tente no entanto falar com um activista democrático num local público: vai ver como os seus olhos voltejam instintivamente, procurando informadores por perto. Os 1,3 milhões de ex-prisioneiros políticos existentes no país podem também ter uma perspectiva bem mais crítica do regime. (...).

Apesar da rudeza do regime de Suharto, a oposição democrática não conseguiu criar o tipo de desafio que se pôde observar no final dos anos 80 nas Filipinas, Coreia do Sul, Birmânia e China.

A Indonésia mostra poucos sinais de ser um dominó autoritário à beira do desabamento. Os protestos têm sido em escala reduzida e, em geral, moderados nas suas exigências.

Mesmo os motins em Jacarta no Verão do ano passado, provocados pelo afastamento de Megawati do PDI, limitavam-se a pedir a reformulação do sistema político existente e não a sua queda.

Este registo de relativa estabilidade é em parte um tributo à habilidade repressiva do regime.

É, no entanto, também um testemunho da fragmentação da oposição e da sua surpreendente disposição para jogar de acordo com as regras do jogo definidas por Suharto.

Os oposicionistas argumentam que têm poucas opções disponíveis. A única alternativa de recurso contra o poder arbitrário é a lei, que está bloqueada por um sistema judiciário conivente com ele.

Jornais e publicações aos quais tenha sido retirada a autorização de circulação podem desafiar a proibição nos tribunais, mas têm poucas hipóteses de ganhar.

Quando o General Hartono passou a ocupar o cargo de Ministro da Informação em Junho, ele afirmou candidamente que "faria o melhor que pudesse" para não fechar nenhuma publicação.»

TUDO SOB CONTROLO

«(...) Para os democratas, a questão é de como correr com a ditadura sem derramar sangue.

Arief Budiman, um sociólogo, foi um dos estudantes que desempenhou um papel importante na subida de Suharto ao poder e que rapidamente se sentiu abandonado.

Ele recorre a uma concepção de mudança política da autoria do Prof. Samuel Huntington, da Universidade de Harvard. "Intervenção", à imagem do que fizeram, por exemplo, os EUA no Haiti, está fora de questão. "Substituição", do tipo da revolução popular nas Filipinas, é improvável.

Da mesma forma que "transformação", uma combinação de reforma conduzida pelas elites com pressão popular, na qual os poderes emergentes negoceiam um acordo pacífico com as forças da situação, como aconteceu no Chile.

A dificuldade em aplicar esta teoria à era pós-Suharto na Indonésia é que não haverá provavelmente oposição organizada para negociar com o governo. Uma mudança dirigida pela elite parece a perspectiva mais provável.

Alguns intelectuais próximos do governo propõem um pacote de reformas moderadas: separar o Golkar [o partido do poder] *do funcionalismo público, introduzir um número máximo de mandatos presidenciais pós-Suharto, promover as autonomias locais, substituir o sistema de representação proporcional por outro de círculos uninominais.*

Entretanto, os activistas democráticos falam em criar uma rede nacional através de campanhas locais e das ONG. Mas admitem que isso poderá levar ainda dez anos.

Até lá, nenhuma personalidade ou grupo oposicionista congrega um verdadeiro apoio a nível nacional.

Com uma excepção: Megawati Sukarnoputri. Mas é difícil imaginar as circunstâncias em que ela seria autorizada a sentar-se à mesa das negociações. O que diria o Exército?»

AUSTRÁLIA: PRÉMIO MUSICAL

No passado dia 3 de Setembro, foi tornado público, em Sydney, que o compositor australiano Martin Wesley-Smith tinha ganho o prestigiado prémio *Paul Lowin/97* para a melhor Composição Musical do ano, pela sua obra "Quito".

A peça versa a vida e morte do jovem timorense Francisco Baptista Pires (Quito) que, vítima de esquizofrenia, se enforcou no seu quarto do Hospital Real de Darwin (Austrália), onde se encontrava internado. A obra desenvolve a ideia de "invasão": da sua cabeça por vozes, do seu corpo por drogas e do seu país pelas tropas indonésias.

Entretanto, «o *sindicato dos jornalistas australianos criticou duramente uma proposta governamental no sentido de se instituir uma proibição voluntária sobre a publicação de informações classificadas*» (*Radio Australia*, 1679/97).

Segundo uma fonte sindical australiana, sempre que este tipo de medidas foi aplicado por governos de outros países, esses governos acabaram por limitar e alterar o debate de assuntos de interesse público, na forma que lhes convinha.

NOVA ZELÂNDIA: NOVA COLIGAÇÃO

No fim de semana de 12 a 14 de Setembro, activistas neozelandeses de vários grupos de solidariedade reuniram-se em Whaingaroa (Raglan) para lançarem formalmente a Coligação Nacional *Timor Leste Livre*. Com o objectivo de mobilizarem apoios para a causa de Timor na Nova Zelândia, representantes oriundos de 6 regiões do país escolheram desde logo como dias nacionais de acção, as datas de 12 de Novembro e 7 de Dezembro.

Prioridades políticas do grupo serão o acabar com as ligações militares entre os governos neozelandês e indonésio, a denúncia das violações dos Direitos Humanos perpetrados contra as mulheres timorenses, bem como a exploração continuada dos recursos naturais timorenses - particularmente petróleo - por empresas transnacionais.

George Soros, um economista americano de ascendência húngara ligado à alta finança mundial, «*doou cerca de 25.000 dólares americanos para a realização de um filme sobre a morte de um neozelandês* [Kamal Bamadhaj] *pelo exército indonésio em Timor Leste, em 1991* [massacre de Santa Cruz]» (*AFP*, 17/9/97).

Annie Goldson, professora no curso de arte cinematográfica da Universidade de Auckland, solicitou apoio financeiro para a realização, produção e direcção do filme atrás referido e denominado *Punitive Damages* (Estragos Severos) ao "Fundo Soros de Apoio a Documentários".

O Fundo Soros tem apoiado a produção de documentários sobre os Direitos Humanos, a liberdade de expressão, a justiça social e as liberdades civis. É a primeira vez que um projecto neozelandês ganha um financiamento deste fundo.

TIMOR LESTE: MAIS DETENÇÕES

Segundo a Amnistia Internacional, pelo menos 13 timorenses foram presos em Díli e perto da cidade indonésia de Semarang (Java), entre os dias 14 e 17 de Setembro. Quatro foram presos depois de terem desembarcado do barco que faz a ligação entre Timor e a ilha de Bali. Pensa-se que estas detenções estejam ligadas com a descoberta de 11 bombas que, alegadamente, estavam na posse dos jovens timorenses.

Embora os contornos das detenções não estejam ainda inteiramente esclarecidos, pensa-se que estejam detidos nos serviços centrais da Polícia em Díli, sob a acusação de «*tentativa de separatismo, rebelião contra o Estado e posse de armas*» e que estejam a ser vítimas de torturas e maus tratos.

Entretanto, num incidente aparentemente relacionado com o anterior, um número não especificado de indivíduos (mas que se calcula serem 9) foram presos em Demak, perto de Semarang. Na edição do passado dia 16 de Setembro, o jornal indonésio *Republika* informou que uma explosão, suspeita de ter sido causada por uma bomba, ocorreu numa casa daquela cidade que se encontrava arrendada a um grupo de jovens timorenses. O jornal referiu ainda que 8 timorenses tinham sido detidos na sequência desta explosão.

INDONÉSIA: PENA DE MORTE

Sanurip, um tenente do exército indonésio de 37 anos, foi condenado à morte em Abril de 1997, por ter morto 16 pessoas em 1996, depois de lhe ter sido indeferido um recurso para o Supremo Tribunal Militar de Surabaia.

Membro da tropa de elite *Kopassus*, Sanurip matou, em Timika, Papua Ocidental, 11 soldados (entre os quais um coronel, um major e um tenente) e 5 civis, quando participava na operação militar levada a cabo para libertar os 11 reféns detidos pela OPM (*Organisasi Papua Merdeka*), organização que luta pelo fim da ocupação indonésia daquele território.

O tiroteio ocorreu no aeroporto da cidade, em 15 de Abril do ano passado, depois de 2 membros das ABRI (forças armadas indonésias) terem sido mortos nos confrontos com a OPM, no decorrer da operação. Alguns jornais sugeriram que Sanurip entrou em desespero quando percebeu que um dos soldados mortos era seu amigo.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 3172860, Fax: 3172870
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317